



Ivane Sousa/Sintusp

CHEGA DE REPRESSÃO!

FIM DE TODOS OS PROCESSOS E INQUÉRITOS

CADÊ OS 5%?

O AUMENTO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, VALE-REFEIÇÃO,
A MELHORIA NA SAÚDE, A CARREIRA?

PÁGINA 3

**TODOS AO ATO EM FRENTE À REITORIA
DIA 30 DE SETEMBRO, ÀS 12H**

Chega de conversas! Se é assim que o Rodas quer, vamos à luta pelas nossas reivindicações, em defesa do nosso sindicato e dos nossos direitos

QUEM PAGA PELA A CRISE

É preciso derrotar o projeto de universidade da burguesia paulista!

POR CLAUDIONOR BRANDÃO

A primeira reação da burguesia mundial frente à explosão da mais aguda crise enfrentada pelo capitalismo desde 1929, foi a de tentar sobreviver adotando medidas para descarregar os prejuízos imediatos nas costas da classe trabalhadora. Em todo o mundo houve milhões de demitidos, foram fechados milhões de postos de trabalho e, com a colaboração de sindicalistas traidores, foram feitos milhares de acordos para rebaixamento de salários. Além disso, foram desviados trilhões de dólares dos cofres públicos, dinheiro de impostos pagos pelos trabalhadores, para socorrer banqueiros e empresários que alegavam dificuldades frente à crise. No Brasil, só o presidente Lula desviou mais de R\$ 350 bilhões para ajudar bancos e empresas.

Porém, em que pese os custos sociais e financeiros das medidas adotadas para tentar combatê-la, a crise não foi debelada e continua colocando para os burgueses a necessidade de novas medidas que aumente suas chances de sobreviver à próxima onda. E se as primeiras medidas frente à crise uniram os burgueses numa cruzada contra os direitos dos trabalhadores e das massas pobres, a nova exigência que a crise coloca em sua fase atual para cada burguês individualmente, é a necessidade de vencer a concorrência no interior da sua própria classe, em busca do domínio de cada nicho do mercado mundial globalizado, como condição única para não ir à bancarrota.

Para vencer essa concorrência, não bastam aos burgueses os métodos parasitários para redução do custo da produção, como os de arrochar salários, terceirizar e precarizar as relações de trabalho, reduzir ou extinguir direitos trabalhistas, demitir parte do quadro e acelerar o ritmo da produção. Para vencer essa concorrência inerente ao capitalismo, os burgueses buscam desesperadamente o desenvolvimento de pro-



Funcionários da USP em uma grande passeata em defesa da Universidade

dutores mais avançados, com a maior qualidade possível e produzidos ao custo mais baixo. Porém nada disso pode ser conseguido sem muito investimento, pesquisas direcionadas para esse fim ou sem “priorizar o desenvolvimento de pesquisas operacionais” segundo a terminologia dos decretos de José Serra, em 2007. Essa necessidade da burguesia, as quais o Rodas e a burocracia acadêmica chamam de “demandas sociais”, é que tem levado aos constantes apelos que surgem nos jornais burgueses, para que as universidades priorizem investir nas pesquisas aplicadas e na formação de mão de obra especializada, para atender as necessidades do mercado, nome empregado pelo Rodas e os seus para designar empresas e empresários.

Foi nesse contexto que o CRUESP quebrou a isonomia de reajustes salariais, criou o precedente para concessão de reajustes diferenciados podendo assim valorizar os salários dos setores dedicados a pesquisas

prioritárias. Foi nesse contexto que o Rodas extinguiu o gatilho de reposição automática dos claros docentes de forma a poder contratar apenas nas áreas prioritárias. Nesse contexto o Serra criou e o CRUESP implantou a UNIVESP. Nesse contexto, em que um importante professor da UNB, propõe que os “cursos baratos” (?) das universidades públicas sejam passados para as privadas e que as públicas, ao invés de se dedicarem à formação de “contadores e advogados” e de fazerem “pesquisinhas” (?), se dediquem a pesquisar e a formar profissionais especializados nas áreas de engenharia nuclear e mecatrônica. Nesse contexto, o Rodas enviou e foi aprovado pelo Conselho Universitário uma proposta de “diretrizes para criação de novos cursos” que na sua versão original propunha que se estudasse o fechamento de cursos de baixa demanda e baixo impacto social. Além disso, muitas unidades estão refazendo seus currículos visando atender as demandas do “mercado” e o Rodas retoma a

contratação de docentes em regime precário e fala em novas formas de contratação de funcionários (?).

Ninguém pode ter dúvidas de que a missão histórica do Rodas e da atual composição do CRUESP é fazer com que a prioridade das universidades estaduais passe a ser o desenvolvimento de pesquisas direcionadas para a produção de inovações tecnológicas que aplicadas à produção industrial possam colocar a burguesia paulista em situação de vantagem em relação aos seus concorrentes. Acontece que numa universidade com essas prioridades não haverá muitos recursos disponíveis para investimentos em ciências básicas ou as pesquisas de interesses sociais ou humanos. Isso será uma mudança radical na universidade que implicará em mudanças radicais na vida de muitos funcionários, professores e também de estudantes.

A pergunta que deixo aos professores e estudantes da USP, que não estudam e nem pesquisam em nenhuma das áreas consideradas prioritárias pelos senhores do Rodas e dos seus apoiadores na burocracia acadêmica é: vocês continuarão apenas observando a ação destruidora do furacão Rodas como se fossem meros objetos impotentes, desprovidos de opinião e vontade, ou tentarão se unir a nós, funcionários, numa luta para impedir que o Rodas reproduza em escala mais ampla, as desastrosas aventuras que marcaram sua curta passagem pela direção da Faculdade de Direito?

Aos que se recusam a ser apenas testemunhas dos fatos e se propõem a ser sujeitos na história, proponho iniciarmos um debate imediato, buscando a construção de uma frente de luta que supere os costumes patamares do sindicalismo, para resistir a este projeto e dar passos concretos para abolir o caráter elitista e racista dessa universidade e avançar na sua democratização a serviço dos interesses dos trabalhadores e da população pobre.

GREVE CONTRA A REPRESSÃO

Negociações...

No dia 30 de junho foi assinado um Acordo de Fim de Greve, que levou ao término da greve dos funcionários da USP. Esse Acordo refletia o entendimento do que ficou definido na última negociação entre Sindicato e Reitoria da USP.

Ficou explicitado que as negociações da pauta específica continuariam, iniciando pelos itens econômicos tais como, a concessão da referência (5%), que necessariamente teria que ser aplicada sobre a carreira, o auxílio alimentação e o vale-refeição, que não foram negociados durante a greve, além de vários outros itens, fundamentais como a questão da saúde, a nova carreira, que ficou de ser discutida a partir da proposta de projeto já apresentada pelo Sintusp.

Já foram 3 reuniões entre a Comissão de negociação dos trabalhadores e a Comissão da reitoria, onde foram discutidas as intenções da reitoria, sem que nenhuma proposta concreta fosse apresentada.

Outra reunião havia sido agendada para o dia 30 de agosto, entretanto, foi adiada e transferida para o dia 20 de setembro.

Nessa reunião não mudou nada, os representantes da reitoria ainda não tinham nenhuma proposta para apresentar aos funcionários da USP. Ante a sugestão de que apresentassem alguma proposta que pudesse ser implementada a partir de janeiro de 2011, eles responderam que sem saber qual será o orçamento para o ano que vem, não podem decidir nada. Uma nova desculpa para a velha enrolação.

Dessa forma, o Rodas vai confirmando o que temos dito, sem muita mobilização e muita luta não vamos arrancar nada desse reitor, inimigo dos trabalhadores.

Só tem dinheiro para prédios, para remuneração, saúde e direitos nada!

O jornal do Fórum das Seis, recentemente distribuído para os funcionários da USP, mostra o crescimento do ICMS, que superou as expectativas mais otimistas, deixando uma folga orçamentária para as universidades estaduais paulistas, especialmente a USP, como há muito tempo não se via.

Ulisses de Paula



Manifestação de funcionários e estudantes da USP

Aqui, na USP, entretanto, a prioridade não são os recursos humanos: funcionários e professores. Nenhuma das reivindicações dos funcionários foi atendida, nada de 5% de referência; benefícios; contratação de mais funcionários(as); médicos(as); enfer-

meiros(as) para o HU (que a própria reitoria reconhece que está uma lástima). A desculpa é sempre a mesma: “tem que ver o orçamento”, etc. No entanto, dinheiro tem para construção de inúmeros prédios, obras vultosas como a nova ECA (substituindo os vári-

os prédios existentes, inclusive o novo departamento do CTR – Cinema Televisão e Rádio – recém inaugurado); um novo prédio para a Editora e vários outros já prometidos. Ao indagarmos o reitor sobre o custo da obra da nova ECA, a resposta foi: “dinheiro não é problema”.

Ao mesmo tempo, Rodas anuncia que cursos das áreas de humanas deverão ser extintos. É bom lembrar que esse reitor defendeu em artigo publicado na grande imprensa “Uma Universidade voltada para o mercado, isto é, para as necessidades das empresas”

Para implantar o seu projeto de universidade, Rodas pretende destruir tudo o que se contrapor e, por isso, desfere ataques sem precedentes ao Sindicato REAFIRMAMOS: “NÃO PERMITIREMOS!” Chega de enrolação!

Pelo atendimento imediato das nossas reivindicações! Basta de repressão!

Pelo fim do processo de terceirização!

14 estudantes ameaçados de expulsão

Rodas e seu interventor, Waldyr Antonio Jorge, utilizam decreto elaborado na ditadura militar para tentar punir moradores do CRUSP

O processo disciplinar interno foi instaurado contra 14 estudantes, com base no decreto nº 52.906, de 1972, o mesmo estatuto que considera proibido “promover manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” ou “praticar atos atentatórios a moral e aos bons costumes”. Qualquer ação considerada subversiva, colar um cartaz ou falar numa assembleia, ou, quem sabe até usar uma mini-saia, é tratada pelo decreto, ainda em vigor, como um ato de infração disciplinar. É evidente a postura arbitrária e coercitiva da administração da universidade, composta por herdeiros de Costa e Silva, que tenta cercar a atuação política de estudantes e trabalhadores, com o único fim de abrir caminho para as corporações financeiras e para os burocratas que tentam privatizar a universidade. A mobilização e resistência dos que lutam atrapalham estes planos, estes sim, criminosos, e é para isso que procuram meios de extirpar da USP toda resistência. Mas isto, senhores, nunca será possível!

Gestão Coletiva Aroeira

**TODOS AO ATO
DIA 30, ÀS 12H,
EM FRENTE À
REITORIA**

TERCEIRIZAÇÃO

Chega de divisão entre os trabalhadores. Efetivos, terceirizados e temporários: nossa luta é uma só!

A terceirização é um fenômeno mundial que assume diferentes formas e áreas e foi uma das formas encontradas pela burguesia internacional para recompor parte de seus lucros através da redução de custos trabalhistas e do aumento da super-exploração dos trabalhadores. Principalmente a partir do início da década de 1970, a burguesia tomou uma série de medidas que ficaram conhecidas como *ofensiva neoliberal*, termo que se refere à retomada de princípios do liberalismo econômico em que defendia-se a total liberdade do mercado como único regulador de toda a economia reduzindo o papel do Estado através do corte de gastos nas áreas sociais, avanço das privatizações, aumento do

desemprego e de distintas formas de precarização das relações de trabalho, do redirecionamento do capital antes investido na própria Europa para países como a China, Índia, Bangladesh com o intuito de pagar o menor salário possível pela maior exploração (hoje os salários na China chegam a centavos de dólar), somado a diversas formas de incremento tecnológico e de organização do trabalho, aumentando sua competitividade no mercado mundial e potencializando suas margens de lucro. Naquele momento, esta ofensiva pode ser levada adiante através de métodos relativamente “pacíficos”, ou seja, não foi necessário acabar com a democracia burguesa para destruir enormes conquistas das massas.

Para a implementação destes ataques, em sua maioria as direções dos sindicatos cumpriram um papel auxiliar à burguesia aceitando ou ajudando sua implementação. Mesmo no movimento sindical combativo a resposta foi impotente para responder a esta ofensiva já que se acostumou a conviver pacificamente com esta divisão, mantendo uma atuação corporativista que levava a não entender os trabalhadores terceirizados como parte de uma



mesma classe. Desta forma o movimento operário foi abandonando uma estratégia que partisse do enorme poder social dos trabalhadores em poder paralisar as atividades econômicas essenciais à sociedade e assim questionar a base de toda a sociedade capitalista fundamentada no lucro a partir da exploração do trabalho humano.

No Brasil de Lula, a maior parte dos empregos é precária e a exploração aumenta dia a dia através da imensa rotatividade dos postos de trabalho. Hoje muitas das principais empresas como a Petrobrás, símbolo do país, simplesmente não funcionaria sem o batalhão de mão de obra terceirizada (no caso da Petrobrás são 280 mil terceirizados contra 70 mil efetivos). Até mesmo nos serviços públicos a precarização chegou a níveis altíssimos a ponto de na rede pública de ensino estadual cerca de 46% dos postos de trabalho serem temporários¹.

Nas universidades estaduais paulistas o avanço da terceirização foi assombroso e é parte do projeto do PSDB para a educação contido nos decretos de Serra, que barramos com a greve e a ocupação da reitoria em 2007. Este projeto que visa transformar estas universidades em centros de exce-

lência a serviço das necessidades do mercado, enxuga os gastos com pessoal precarizando as condições de vida e de trabalho de seus funcionários. Uma das expressões do avanço deste projeto são medidas como o anúncio da reitoria da USP sobre a implementação de um novo plano de carreira que trás consigo a necessidade de reduzir ao máximo o número de funcionários do nível básico, privilegiando profissionais do nível técnico e superior. Em recente negociação com o CRUESP fomos informados de que na Unicamp a terceirização avançou a um patamar em que hoje restariam apenas 68 trabalhadores do grupo básico.

Somente nos anos de 2008/2009 a USP teve um aumento de 85% na verba destinada aos contratos com as empresas terceirizadas² e em recente pesquisa da Adusp já se constata que o número de terceirizados já é superior ao quadro de funcionários do setor básico e a reitoria pretende avançar na terceirização em outras áreas para cortar gastos ao mesmo tempo em que privilegia as áreas mais atreladas ao mercado. O caso dos restaurantes da COSEAS é um exemplo gráfico da política preparatória da reitoria através do sucateamento devido ao corte de ver-

bas, a decorrente falta de funcionários - o que impõe aos trabalhadores uma terrível sobrecarga de trabalho e aos usuários filas gigantescas - e o fechamento de restaurantes como na Física. Na COCESP recentemente tivemos a notícia de que a USP estaria se preparando para fazer um acordo com a Prefeitura de São Paulo visando substituir o serviço prestado pelos ônibus circulares pelo transporte coletivo comum.

Na USP os agentes de todas estas medidas é a burocracia acadêmica que controla e acorda os contratos com as empresas terceirizadas através da Codage (Coordenadoria de Administração Geral). Na universidade de excelência a exploração e se-

gredação social dos terceirizados é gerenciada pela reitoria que mantém sob sigilo estes contratos, por isso, a luta contra a terceirização passa por acabar com os privilégios e arrancar das mãos deste punhado de parasitas o poder de seguir destruindo a educação e atacando os trabalhadores. Mas a terceirização não pode ser derrotada somente com as lutas que travamos dentro da universidade e neste sentido é preciso retomar as aprovações de nossas assembleias e congressos que aprovaram a necessidade de impulsionar a partir da Central Sindical e Popular - Conlutas uma campanha nacional em defesa da **UNIDADE DAS FILEIRAS OPERÁRIAS**, pela defesa incondicional de **IGUAIS DIREITOS E SALÁRIOS** e pela **EFETIVAÇÃO DOS TERCEIRIZADOS SEM NECESSIDADE DE CONCURSO PÚBLICO**.

1 <http://www.geledes.org.br/noticias-de-educacao/temporarios-chegam-a-46-dos-professores-em-sp.html>

2 <http://www1.folha.uol.com.br/saber/753722-usp-aumenta-em-85-gastos-com-terceirizacao.shtml> 19/06/2010

A REPRESSÃO

Organizar uma Campanha Nacional pelo direito de Greve e em Defesa de todos os lutadores!

Na assembleia que aprovou o encerramento da greve no 1º semestre alertávamos que a garantia de não punição aos lutadores, por exercerem o direito de greve, não dependeria somente do acordo assinado com a Reitoria. Tirávamos esse ensinamento dos acordos anteriores, que não foram capazes de impedir a perseguição e punição dos lutadores, que sofreram processos administrativos e inquéritos policiais que acabaram em punições, como a demissão inconstitucional do Brandão, que ainda lutamos para reverter. Não demorou muito para que a gestão Rodas, braço direito do candidato tucano à presidência José Serra, reconhecido inimigo da educação pública, iniciasse uma verdadeira caça às bruxas contra o sindicato, sua diretoria e os ativistas da greve.

RODAS E A “DITADURA À PAISANA” NA USP

Desde o primeiro dia, Rodas tentou caçar nosso direito de greve, ameaçando cortar os salários de quem aderisse ao movimento. Só foi possível derrotar a política anti-greve do REItor e do governo do Estado, porque os trabalhadores da USP utilizaram dos métodos tradicionais da nossa classe, com piquetes, atos de rua e ocupações, para impor o pagamento dos dias parados, e conquistaram uma série de aliados entre estudantes, professores e intelectuais que apoiaram decididamente a nossa luta.

No final do mês de julho, a companheira Patrícia, atualmente funcionária da FFLCH, foi suspensa por 30 dias, fruto de um processo administrativo aberto em 2007 quando ainda trabalhava na Reitoria. Para tentar descaracterizar a perseguição política a uma reconhecida ativista, o veredicto final do processo assinado por Rodas, que bem conhece das manobras jurídicas da legislação burguesa, atestou motivos administrativos como para aplicar uma inaceitável punição à companheira. Patrícia foi contratada em dezembro de



Barreira policial em frente à reitoria junho 2009,

2006 e até a greve de 2007 na qual ela e o companheiro Tadeu (falecido) participaram ativamente, não havia nada que desabonasse a companheira.

Assim como a gestão Suely Vilela, que iniciou a perseguição à Patrícia, demitiu Brandão, militarizou o campus e permitiu a entrada da polícia para reprimir violentamente trabalhadores e estudantes, a gestão Rodas segue a cartilha de perseguição aos lutadores, a mando do governo Serra/Goldman que tenta nos derrotar desde 2007, para aprofundar o projeto de privatização da educação e seguir os passos de Lula reprimindo greves e os principais ativistas do funcionalismo público federal. Depois da greve desse ano, já sabemos da existência de doze inquéritos policiais contra diretores e ativistas do Sintusp.

Rodas e o aparato repressivo travestido de “Consultoria Jurídica”, avança agora nos ataques e calúnias contra o sindicato, em uma tentativa de liquidar o setor mais combativo da universidade. A repressão da reitoria

é o pré-requisito para que Rodas possa recuperar o conteúdo dos decretos do Serra de 2007 que visavam aprofundar a privatização e a elitização da universidade criando áreas de “excelência” que permitam otimizar os lucros das empresas ao mesmo tempo em que precarizam as condições de vida e de trabalho dos funcionários e atacam os cursos que não são diretamente “operacionais” ao mercado. Prova disso foi a implementação da UNIVESP neste ano, e o projeto apresentado aos diretores de unidade por um seletivo grupo de diretores e do próprio vice-reitor, que visa “ampliar a criação de cursos de Graduação” que atendam as demandas do mercado ao custo da “eventual extinção de cursos de baixa demanda”.

Enquanto finge “dialogar” com os trabalhadores, empurrando com a bargina nossa reivindicação de uma referência na carreira para todos os trabalhadores, Rodas dá indícios de que pretende liquidar com o HU, com os ônibus circulares e com os restauran-

tes universitários através de medidas que ele tenta nos passar como benefícios e concessões. Se não bastassem os inquéritos policiais contra Magno, Solange, Neli, Brandão, Aníbal, Zelito, Givanildo e Rosana; Rodas também utiliza uma delegacia especial que investiga “crimes contra a ordem do trabalho”. Obviamente, os métodos empregados por nossa categoria, reivindicando o melhor da tradição da classe operária, é para esses senhores, caso de polícia.

TODOS AO ATO NA REITORIA DIA 30 DE SETEMBRO!

É fundamental impulsionar uma Campanha Nacional pelo Direito de Greve através da Central Sindical e Popular-Conlutas, com atos, paralisações e passeatas coordenadas entre os sindicatos que tem peso de direção na vanguarda da nossa classe para resistir aos ataques impostos pelos REItores, patrões e governos, serviços da burguesia que tentará descarregar os efeitos da sua crise sobre as nossas costas para salvar seus lucros.

Convocamos todos os trabalhadores da USP para o ato que realizaremos no próximo dia 30, em frente à reitoria, em defesa de nosso sindicato, das nossas reivindicações, no qual esperamos contar com a participação da nossa Central Sindical e Popular-Conlutas, mobilizando parte da militância dos sindicatos que dirige, além de impulsionar iniciativas como essa em demais setores, colocando o peso partidário e das campanhas eleitorais da esquerda a serviço das lutas.

Retirada de todos os processos contra Magno, Neli, Zelito, Brandão, Solange, Aníbal, Givanildo e Rosana! Revogação da suspensão da Patrícia! Reintegração imediata do Brandão! Retirada de todos os processos contra os estudantes e todas as multas contra o Sindicato!

SOS SAÚDE

Uma das maiores conquistas da classe trabalhadora brasileira, na constituição de 1988, foi a criação de um Sistema Único de Saúde (SUS), partindo da ideia de que o estado tem a obrigação de prestar assistência à saúde, igualmente e em todos os níveis, a todos os homens, mulheres e crianças do país, independente de raça, credo ou condição social, sem cobrar mais nada além dos impostos.

Porém, a ideia de construção do SUS 100% estatal e financiado pelo estado, jamais foi concretizada. Apesar do enorme avanço que isso significaria para a população, os sucessivos governos sempre se recusaram a investir na construção de um projeto social dessa magnitude. Deixando de construir novos hospitais, laboratórios e postos de saúde, sucateando e privatizando os que já existiam, deixando de comprar equipamentos e de contratar mais médicos e demais profissionais de saúde, arrochando salários e terceirizando, o próprio estado sempre boicotou a construção do SUS. Mas, é preciso dizer, o boicote foi proposital e teve o objetivo de atender interesses dos grupos de medicina privada, sanguessugas que iriam à falência caso o estado assegurasse gratuitamente um serviço de saúde muito melhor do que o vendido a preços absurdos pelos convênios privados.

Apesar do boicote, as mobilizações populares impuseram avanços importantes que a burguesia não pôde evitar e, por isso, em que pese as filas enormes e os longos tempos de espera para agendamento, a população pobre ainda pode contar com um atendimento a saúde, que precisa melhorar muito, mas pode ser usado sem pagar nada. Mas até esse pouco pode acabar. Depois de boicotarem a construção do SUS, os governos e toda a “máfia de branco” que deseja continuar enriquecendo, preparam a privatização dos hospitais e dos postos de saúde públicos através da entrega dos mesmos para grupos privados - travestidos de Organizações Sociais - administrarem.

Essas parasitas chamadas OSs, farão com todo o sistema público de saúde o mesmo que a Fundação Faculdade de Medicina fez com o Hospital das Clínicas, ou seja, se utilizarão dos órgãos públicos de saúde para ganhar dinheiro, vendendo “atendimento preferencial diferenciado” (segunda porta) aos clientes de convênios privados, em detrimento do atendimento gratuito (a preço de impostos) prestado à população pobre. É a transformação da saúde numa mercadoria a ser vendida para quem pode comprar.

Hoje no HC, a coisa funciona assim: quanto maior for o número de clientes de convênios atendidos no hospital, maior será o faturamento da Fundação e dos convênios a ela associados. Em contrapartida quanto maior for o número de atendimentos a clientes de convênios privados menor será a disponibilidade de leitos, materiais e profissionais para o



Terceirização e Comércio da Saúde

passar para as mãos da Fundação através desse contrato de gestão feito com o município, porque ele é parte de uma autarquia estadual. Mas o Centro de Saúde pertence à Faculdade de Medicina, assim professores da faculdade, ligados à fundação, estão tratando de passar o Centro de Saúde para o município (Municipalizar), para que o mesmo possa então entregá-lo ao controle da Fundação. Uma negociata digna do mensalão e com o aval do Goldman/Serra, Kassab, Rodas e Burocracia Acadêmica.

Mas, a prática de dar para receber chegou às raias do cinismo: O reitor Rodas, que como sabemos foi fortemente apoiado pelos donos da Fundação Faculdade de Medicina, nomeou o diretor da faculdade, para dirigir também o Departamento de Saúde da USP que está preparando um projeto de saúde para os funcionários. De acordo com o que já ouvimos do próprio professor, o referido projeto consiste na contratação de um convênio privado pago pela USP, para os funcionários do campus da capital, sendo que os mesmos seriam atendidos pelo HU, HC, e Rede de Saúde da região oeste (gerida pela fundação) e outros hospitais. Quantos aos dependentes, ainda estavam estudando se o funcionário deveria ou não pagar uma taxa para seus dependentes terem direito ao atendimento.

O resumo é o seguinte: os sucessivos reitores sucatearam o HU reduzindo muito a capacidade do hospital enquanto a demanda crescia, com isso o atendimento a nós e à população diminuiu em quantidade e qualidade. Agora, querem resolver o problema empregando dinheiro público para pagar um convênio privado, por um serviço que será prestado por órgãos da rede pública. Para empurrar esses projetos que transformam a saúde em mercadoria, o Rodas e demais agentes da burguesia precisam impedir a mobilização dos trabalhadores e da população e por isso eles estão atacando o Sindicato e todos os lutadores. Por isso, precisamos construir a mais ampla mobilização para barrar a terceirização e privatização da Saúde e, ao mesmo tempo defender nosso Sindicato, seus diretores e seus ativistas assim como as nossas reivindicações.

atendimento gratuito a quem não pode pagar convênios. Como resultado disso, temos de um lado gente que paga duas vezes (imposto mais convênio) e consegue atendimento pleno sem necessidade de espera e de outro os que pagam só os impostos e às vezes morrem esperando.

RODAS, FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA E MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE NA USP!

Depois de tomar o controle do HC e de colocar o hospital a serviço dos seus lucros, a Fundação, tendo como avalista a ex-Reitora Sueli Vilela fechou um contrato com a prefeitura municipal para gerir toda rede municipal de saúde da região oeste, passando a receber e controlar todas as verbas do SUS e do Município destinadas à saúde. Contraditoriamente, o Centro de Saúde Escola Butantã órgão da Faculdade de Medicina não pode

CONSTRUINDO A CARREIRA

Terminar a construção da nossa carreira se torna urgente

CONJUNTURA NA QUAL ESTAMOS DISCUTINDO A NOSSA CARREIRA

A gestão Rodas veio para mudar e aprofundar o Projeto de Privatização das Universidades. Mudanças estruturais profundas como o avanço do processo de terceirização, o “enxugamento da máquina”, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, desmonte das Prefeituras e COESF, eliminação do “excesso de burocracia” e a necessidade crescente da universidade se voltar para as pesquisas operacionais para o mercado, atendendo às necessidades do grande capital, bem como, a expansão de novos cursos em detrimento a outros.

Diante disso, podemos perguntar: Carreira para quem? Para todos? Orçamento adequado para a ascensão automática na Carreira ou novas investidas da reitoria através de uma falsa Carreira, com migalhas, plainando terreno para este novo projeto de universidade?

A política anunciada pelo reitor e pelo coordenador da Codage, discutida no “Fórum de Atibaia”, com a indicação do Professor Joel à direção do DRH, é a de que nesse segundo semestre será prioridade a implantação da “Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos”.

Segundo o coordenador da Codage “caberá ao Prof. Joel retomar as conversações e negociações sobre a proposta para o novo plano de carreira dos servidores técnico-administrativos, interrompidas na gestão anterior, havendo interlocução com o sindicato”. O coordenador da Codage diz ainda que “não teremos nada enfiado goela abaixo, mas precisamos implantar uma nova carreira”.



Seminário de Carreira em novembro de 2010

Contraditoriamente, a comissão de negociação da reitoria, em reunião com o Sindicato no dia 20/09/10, anunciou que esse ano NÃO HAVERÁ uma “referência” na Carreira, conforme reivindicação da Greve e Acordo de Final de Greve, devendo ficar para janeiro de 2011. Segundo a Comissão, a decisão em conceder uma referência na Carreira e a extensão do vale-refeição para todos, implica em:

- 1) Quanto crescerá o orçamento em janeiro de 2011;
- 2) Limite da relação entre investimentos e custeios;
- 3) Nas 3 universidades é necessário incidir a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois gastam com pessoal mais do que o indicado na Lei;
- 4) Impacto dos novos “empregos

públicos” a serem criados para professores e funcionários na expansão de novos cursos;

5) Impacto do Sistema Público Previdenciário – SPPrev - aposentados estatutários que estão hoje na folha de pagamento das universidades estaduais paulistas.

6) Implantação do Plano de Carreira (seria qual Plano? O do Prof. Joel?), qual seria o impacto direto e perene?

7) Implantar novos benefícios sociais, necessário estudar os impactos. Tudo que for referente aos funcionários, a reitoria terá que observar o impacto no orçamento, porém para a “megalomania” do reitor em oferecer aos diretores de unidades construção de novos prédios, como ofereceu para o presidente da Edusp e o diretor da ECA, não será necessário verificar o impacto.

Como a Carreira do Prof. Joel irá beneficiar apenas os gestores “gerentões”, talvez antes do final do ano, teremos que enfrentar a Carreira proposta pelo sr. Joel.

Saída para os funcionários da USP

No dia 17 de Setembro de 2010 ocorreu mais um Seminário de Carreira, onde houve avanços na construção da Carreira para os Funcionários da USP.

A mobilização de toda a categoria para discutir a Carreira se torna URGENTE, pois com certeza disputaremos projetos. Ou vence o nosso projeto ou o do Prof. Joel.

Assim, o Seminário deliberou que seja criado em cada Campus do Interior e nas unidades, uma Comissão de Funcionários, a mais ampla possível, para discussão da Carreira e mobilização de toda a categoria.

Deverá ocorrer outro Seminário no dia 22 de outubro de 2010.

Em breve estará disponível no site do sindicato as diretrizes do nosso Projeto de Carreira.

Encaminhe sugestões para o e-mail do Sintusp – sintusp@sintusp.org.br e participe dessa importante discussão.

A LUTA PELA TERRA

Movimento Terra Trabalho e Liberdade

JAGUNÇOS E PM DE MINAS GERAIS INVADEM ASSENTAMENTO E ESPANCAM TRABALHADORES NA FAZENDA SÃO DOMINGOS NO TRIANGULO MINEIRO

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AUMENTA NO CAMPO E NA CIDADE

O dia 31 de julho de 2010 será marcado para sempre para as famílias de trabalhadores que conquistaram a Fazenda São Domingos no Triângulo Mineiro. Neste dia, por volta das 14 hs, um grupo de jagunços ligados ao sindicato dos trabalhadores rurais da região, dirigido pelo PT, tentou ocupar a fazenda e desconstituir a organização que vem mantendo aquele espaço para fins de reforma agrária. As famílias resistiram à investida dos jagunços, mas estes retornaram em seguida com um forte aparato policial.

Oito viaturas da PM de Minas Gerais, comandados pelo tenente Leoni, invadiram a fazenda disparando tiros. Casas de lideranças foram invadidas e trabalhadores foram duramente espancados e torturados, com pistolas apontadas para suas cabeças. Os companheiros Dim Cabral, Nem e Rubão foram às maiores vítimas das atrocidades que aconteceram em meio aos olhares desesperados de suas mulheres e filhos. Pessoas ligadas ao sindicato rural apareceram no meio da truculência para “identificar” as pessoas que haviam repellido a tentativa de invasão no início da tarde.

O MTL agiu rápido e destacou assessoria jurídica para acompanhar o depoimento e permanência dos trabalhadores na delegacia, pois estes corriam risco de sofrer novas torturas e espancamentos. Todos os nossos companheiros foram liberados na manhã de 1º de agosto.

A indignação da comunidade que vive na Fazenda S. Domingos é generalizada e o MTL soma-se a esta indignação. Este episódio é mais um capítulo de um processo de criminalização dos movimentos sociais no Brasil.

O MTL também repudia veementemente o papel nefasto que cumpre o sindicato dos trabalhadores rurais da região, dirigido por políticos do PT, um antro de gangsters, articulado com as forças repressivas do Estado. São, ao mesmo tempo, covardes, pois não é a primeira vez que tentam, em momentos de suposta fragilidade dos ocupantes da fazenda, invadir aquele espaço.

Foi assim quando injustamente a justiça tentava encarcerar João Batista, Dim Cabral e Marilda por sua luta pela posse da fazenda S. Domingos.

O MTL co-responsabiliza também o INCRA pelo incidente, por sua morosidade na regularização plena da situação da fazenda São Domingos.

Solicitamos dos movimentos sociais, lideranças, parlamentares, ativistas, enfim, todos que lutam por justiça no campo, por reforma agrária, pelos direitos humanos,



Fazenda São Domingos depois do ataque

Divulgação

que se somem nesta corrente divulgando esta nota e repudiando esta postura do poder público, da PM de Minas Gerais e destes que dinamizam no movimento sindical e popular práticas truculentas, oportunistas e pelegas.

O QUE É FAZENDA SÃO DOMINGOS!

O MTL está consolidando na Fazenda São Domingos, em Tupaciguara, Triângulo Mineiro, um dos principais projetos de Assentamento do país. Trata-se de uma experiência, em que em torno de 100 famílias, iniciaram a construção de um modelo de gestão coletiva. O MTL parte de um balanço da falência dos assentamentos completamente individualizados que existe país afora. O Governo Federal, através do INCRA, dificulta a sobrevivência das famílias, na

medida em que, não oferece às comunidades infra-estruturas sociais e produtivas, créditos, assistência técnica, apoio à comercialização e a construção de agroindústrias comunitárias. No governo Lula, cresceu as vendas e abandonos de lotes, os pequenos produtores se empobreceram mais ainda e estão sendo engolidos pelos monopólios do agronegócio. Os assentamentos caíram na despolitização total, pois a maioria dos movimentos sociais foi cooptada e se calaram frente ao maior descaso com a Reforma Agrária já visto no país. Na São Domingos é assim: a fazenda é planejada como um todo, sem cercas. O povo discute e decide. Todos votam, todos trabalham, todos plantam, todos colhem, todos recebem. Não há chefe, nem patrão. Não a mandonismo, muito menos de governo.

UMA DURA CONQUISTA

A Fazenda São Domingos não caiu do céu. Ao contrário, foi uma dura luta contra os proprietários, polícia, juízes, prefeitura, como toda conquista do MTL na região. Foram quase sete anos. Dez ocupações. Repressão policial, prisões, acampamentos na rodovia e até no lixão do município. Cada família terá uma pequena área de uso individual, nela podendo fazer casa, benfeitorias, pequenas criações. **Autogestão e Democracia.** Em 2009 já foram plantados mais de 400 hectares pela comunidade. A expectativa é de uma produção de 3.000 sacas de arroz, 35.000 sacas de milho, 600 sacas de feijão, 34.000 peixes. Nestes dois anos, com apoio e reinvestimentos da produção a comunidade já possui um trator (parte doado pelo Sindsprev-RJ), grade aradora, grade niveladora, caminhão usado, tanque resfriador de leite, pulverizador, máquina de arroz.

Funcionários da USP Integrantes do (MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade) e Oposição de Esquerda no SINTUSP. Vera Monezzi (ICB), Marilu Mazzaro (ICB), Marcelo Cardagi (IB), Helder Rossi (IB), Leandro da Silva (IB), José Brasilino (IB), Toninho Jorge e Claudio da Silva (Pirassununga).

DESCASO COM OS TRABALHADORES

ASSÉDIO MORAL SE INTENSIFICA
NA GESTÃO RODAS

O QUE É ASSÉDIO MORAL?

“É a exposição das trabalhadoras e trabalhadores à situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinados, desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-a a desistir do emprego”

Mais do que corrigir situações funcionais ou de estrutura, no serviço público, as ações que tipificam o assédio moral tem como principal objetivo uma demonstração de força e poder, tentativa de fazer dobrar a espinha daqueles que são considerados adversários, inimigos, desafetos ou indesejáveis em função de atitudes contrárias aos “interesses públicos” ou a vaidade pessoal dos gestores em exercício.

As trabalhadoras(es) estão sendo, cada dia mais, assediadas moralmente nas unidades, vítimas de inúmeros constrangimentos, humilhações e desvalorização nas suas funções, após longos anos de trabalho.

Na gestão Rodas o assédio moral tem se intensificado, principalmente nas uni-



dades onde novos diretores têm aparecido na mídia universitária, desenhando a política de Recursos Humanos para a universidade, como é o caso do diretor do IME.

Os funcionários daquele Instituto não agüentam mais as atitudes arbitrarias que este senhor vem impondo as trabalhadoras(es).

A situação de constrangimento atingiu seu ápice, quando uma funcionária de 28 anos de USP, “por não mais suportar as afrontas do diretor, pediu sua demissão”

As trabalhadoras(es) vêm adoecendo e algumas estão atentando contra a vida e outros sendo internadas(as) para tratamento psiquiátrico e a reitoria nada faz.

A reitoria se sobrepõe a tudo e a todos, inclusive à justiça “burguesa”.

É degradante ver uma instituição que deveria zelar pela saúde dos trabalhadoras(es), permitir que as seus próprios trabalhadoras(es) sejam humilha-

das (os) pessoal e profissionalmente, por diretores e professores, uma VERGONHA da Universidade.

Na reunião com a comissão de negociação da reitoria, dia 20/09/10, discutimos a questão que se torna insustentável na USP e esta ficou de marcar uma reunião para tratar sobre Assédio Moral contra as trabalhadoras(es).

ORIENTAÇÕES

O que a vítima deve fazer

- Resistir: anotar com detalhes todas humilhações sofridas (dia, mês, ano, hora, local ou setor, nome do agressor, colegas que testemunharam, conteúdo da conversa e o que mais você achar necessário).
- Dar visibilidade, procurando a ajuda dos colegas, principalmente daqueles que testemunharam o fato ou que já sofreram humilhações do agressor.
- Organizar. O apoio é fundamental dentro e fora da empresa.
- Evitar conversar com o agressor, sem testemunhas. Ir sempre com colega de trabalho ou representante sindical.
- Exigir por escrito, explicações do ato agressor e permanecer com cópia da carta enviada ao D.P. ou R.H e da eventual resposta do agressor. Se possível mandar sua carta registrada, por correio, guardando o recibo.
- Procurar seu sindicato e relatar o acontecido para diretores e outras instâncias como: médicos ou advogados do sindicato assim como: Ministério Público, Justiça do Trabalho, Comissão de Direitos Humanos e Conselho Regional de Medicina (*ver Resolução do Conselho Federal de Medicina n.1488/98 sobre saúde do trabalhador*).
- Recorrer ao Centro de Referência em Saúde dos Trabalhadores e contar a humilhação sofrida ao médico, assistente social ou psicólogo.
- Buscar apoio junto a familiares, amigos e colegas, pois o afeto e a solidarie-

dade são fundamentais para recuperação da auto-estima, dignidade, identidade e cidadania.

Importante:

Se você é testemunha de cena(s) de humilhação no trabalho supere seu medo, seja solidário com seu colega. Você poderá ser “a próxima vítima” e nesta hora o apoio dos seus colegas também será precioso. Não esqueça que o medo reforça o poder do agressor!

Lembre-se:

O **basta à humilhação** depende também da informação, organização e mobilização dos trabalhadores. Um ambiente de trabalho saudável é uma conquista diária possível na medida em que haja “vigilância constante” objetivando condições de trabalho dignas, baseadas no respeito ‘ao outro como legítimo outro’, no incentivo a criatividade, na cooperação.

O combate de forma eficaz ao assédio moral no trabalho exige a formação de um coletivo multidisciplinar, envolvendo diferentes fatores sociais: sindicatos, advogados, médicos do trabalho e outros profissionais de saúde, sociólogos, antropólogos e grupos de reflexão sobre o assédio moral. Estes são passos iniciais para conquistarmos um ambiente de trabalho saneado de riscos e violências e que seja sinônimo de cidadania.

ESPAÇO DO APOSENTADO

Em busca dos nossos direitos

O aposentado da USP vêm sofrendo na pele a política da Reitoria em relação aos benefícios dados aos servidores da ATIVA e que não são extensivos aos mesmos. Pelo menos dois benefícios, a nosso ver, deveriam também atingir os Aposentados, são eles:

- 1 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
- 2 - PRÊMIO EXCELENCIA ACADÊMICA INSTITUCIONAL DA USP.

Em relação ao **Auxílio Alimentação**: Desde 2004, temos solicitado por ofício, reunião e pauta específica, a extensão deste benefício aos aposentados, que até agora não foi atendido, acontece que na UNICAMP, a reitoria já propôs e mandou a CJ fazer um estudo, para publicar uma portaria com a extensão deste auxílio para 300 aposentados de início (os que têm os menores salários) e depois para os demais. E a USP? O que irá fazer?



Sobre o **Prêmio Excelência Acadêmica**, que é uma Resolução USP nº 5.483, de 05 de novembro de 2008, a qual institui o prêmio para professores e funcionários da ATIVA. No dia 28 de novembro do mesmo ano enviamos um ofício a Reitoria pedindo a extensão do mesmo para os aposentados, até o momento não tivemos resposta. Vale argumentar que tal prêmio é dado pela nota Internacional que a USP recebe no fim de cada ano, será que o Aposentado não teve sua contribuição, para a existência de tal nota? Será que o Aposentado não ajudou construir o patrimônio que a USP hoje tem? Será que 30 anos da mulher e 35 anos do homem de trabalho prestado a esta Universidade não vale nada? Vamos aguardar uma resposta.

Queremos deixar, bem claro, que a aposentadoria é uma **CONQUISTA** do trabalhador, portanto, não pode ser usada para castigar os mesmos.

França

Anos e anos, servindo a Universidade e o aposentado celetista é simplesmente deletado!

Hoje mais de 98% dos funcionários da Universidade de São Paulo são contratados pelo regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e, no dia em que se aposentam, após 30, 35 ou mais anos de dedicação à Universidade, são simplesmente “deletados do sistema” e, além de perderem todos os benefícios, perdem o direito de usar os restaurantes Coseas, o Cepeusp e o Hospital Universitário (só permanecendo até o término de algum tratamento continuado, caso já esteja em curso quando se aposentar).

Ao contrário dos docentes que são estatutários e, mantêm o vínculo com a USP, esses funcionários são APAGADOS DO SISTEMA como se nunca tivessem pertencido à Universidade, (anos e anos servindo, e no final da carreira, quando se envelhece e adoce, no momento em que mais necessita de acompanhamento, seja médico, de lazer ou psicológico, se vê abandonado) o que é inadmissível e tem que ser mudado.

A manutenção do vínculo deve ser uma bandeira importante da nossa luta.



Aposentado mantém-se em luta

XENOFOBIA

São Paulo, uma grande escola

São Paulo é uma cidade multicultural. Embora seja diferente das outras, tem a cara do Brasil.

Essa mistura é o que faz de São Paulo o grande laboratório e a grande escola. Por isso, atrai gente de todos os cantos do Brasil e do mundo. Não somente em busca de trabalho, consequentemente de melhores condições de vida; mas também do saber.

É neste caldeirão de cultura que surge o intercâmbio entre os vários povos que vivem neste espaço geográfico, São Paulo, com uma população de doze milhões de habitantes, entre eles: Bolivianos, Chilenos, Argentinos, Venezuelanos, Colombianos, Mexicanos, Chineses, Coreanos, Iraquianos, Iranianos, Árabes etc.

Em um ambiente tão díspar que nasce a civilidade, apesar das diferenças e conflitos; não há guerras.

Somos um povo cordial como disse Sérgio Buarque Holanda, porém, surge em algum momento, proposta de separar norte e nordeste do sul do país. Proposta essa vinda de um segmento da eli-



Quadro "Operários" de Tatiana do Amaral

te e até mesmo da classe média paulistana como resposta para sanar os problemas de uma grande cidade (a violência por exemplo). Pelo conceito deles todos o "problemas" de São Paulo são provocados por migrantes nordestinos, chamados de maneira pejorativa de "baiano".

Agora mesmo há um manifesto de-

nominado São Paulo para os paulistas, divulgado pela internet, em que os pseudo-manifestantes dizem não serem ouvidos pelas autoridades, e não terem espaço, pois os espaços estão sendo invadidos pela cultura nordestina, uma vez que há uma solicitação de inserção da mesma no currículo escolar. É muito pequena essa visão, pois a inserção da

cultura nordestina no currículo trata-se de um intercâmbio cultural e não de uma invasão como dizem. Sem falar que o nordeste ainda é Brasil. Esse comportamento nos remete ao acontecimento histórico chamado O Holocausto, na Alemanha, onde Hitler em nome de uma raça pura queria eliminar: ciganos, homossexuais, negros e judeus, o que culminou no massacre de seis milhões de judeus. Nos EUA já há barreiras contra imigrantes e, a França está enfrentando manifestações de rua, depois da expulsão de centenas de ciganos Romanos e Búlgaros.

É inadmissível que no Brasil ainda existam ideias tão retrógradadas, em defesa do regionalismo, porque antes de tudo somos todos brasileiros.

Ou será que as missivistas do manifesto, São Paulo para os paulistas quer para São Paulo o que está acontecendo na França, ou tentar reviver o nazismo?

Antonio Miranda dos Santos
Set/2010.

Xenofobia paulista contra nordestinos

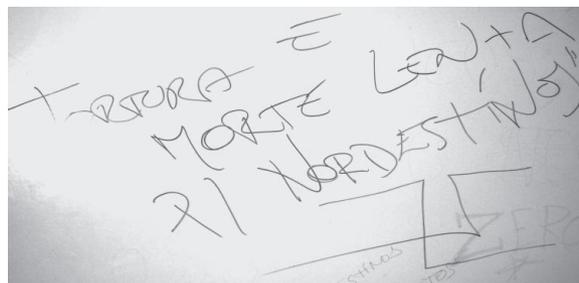
Sobre o manifesto "São Paulo para os Paulistas"

O mais absurdo é que está pérola de xenofobia fascista tropical paulista intitulada "São Paulo para os paulistas" tenha sido originada entre estudantes e, ainda conta com apoio até de presidente de Centro Acadêmico da USP.

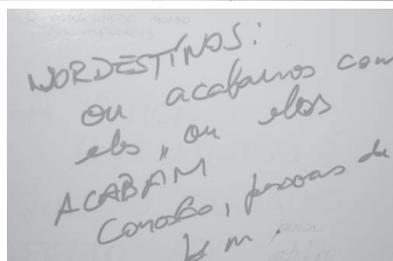
O documento que contém 17 páginas, apesar de explicitar seu caráter xenofóbico e neonazista, mantém-se na defensiva: "Não somos intolerantes", "nenhuma discriminação", "não queremos ser rotulados, apelidados, etc..."

O manifesto, entretanto, repete as mesmas consignas dos grupos neonazistas e xenofóbicos dos EUA e Europa, que querem expulsar os africanos, os latino-americanos e outros, isso fica explícito no trecho: "Migrantes furtam o emprego de jovens paulistas... que têm plenas condições de preencher todas as vagas com melhor qualidade."

Afirmam também que quem construiu São Paulo não foram os nordestinos trabalhando



Grupos de neonazistas rabiscam portas banheiros da universidade com frases ofensivas ao nordestinos



na construção civil e, sim, o espírito dos bandeirantes. É claro que esses estudantes sabem que os Bandeirantes era um bando de assassinos, bandidos da pior espécie, que saíram de São Paulo, seguindo para o interior, em busca de riquezas, saqueando povoados, destruindo aldeias indígenas, matando e estuprando, ou até jogando crianças para o alto para que caíssem espetadas nas lanças de suas baionetas.

Muito poderia ser dito para expressar a minha indignação para com esse manifesto nefasto, o que, com certeza, renderia páginas e páginas nesse jornal. Portanto, prefiro deixar que cada leitor tenha sua opinião formada através da leitura do documento: <http://www.petitiononline.com/estadosp/>

Só espero que esse grupo neonazista e xenofóbico seja tratado como foram tratados os nazistas alemães.

Magno de Carvalho

PARA ONDE VAMOS?

Precarização da vida no século XXI

MAGNO DE CARVALHO

Em agosto de 2010 dois trágicos episódios ocorreram na América Latina e chamaram a atenção do mundo, aparentemente **como se fossem fatos isolados**.

No México, 72 imigrantes, a maioria jovens latino-americanos que pretendiam trabalhar nos EUA, foram mortos após recusarem se tornar matadores a serviço do Cartel de “Los Zetas”. Os 72 corpos foram encontrados crivados de balas de grosso calibre.

No Chile, 33 trabalhadores da Mina de cobre e ouro, San José, após um desabamento no túnel, ficaram presos a 700 metros de profundidade e, dados como mortos por 17 dias, mandaram uma mensagem através de uma sonda na qual diziam “estamos vivos e bem, os 33”. Mais tarde, outra “nos tirem desse inferno”. Acabaram sabendo que só poderiam ser resgatados daí a 4 meses..

Podemos lembrar inúmeros outros fatos graves ocorridos, no entanto, me fixarei nesses dois que chamaram mais a atenção, um pela quantidade de mortos e, o outro pela singularidade.

No massacre de San Fernando, México, é importante ressaltar que o cartel “Los Zetas”, um dos mais sanguinários é constituído principalmente por militares e ex-militares, treinados pela CIA para o combate do narcotráfico, além de policiais e ex-policiais mexicanos e estadunidenses.

Além das armas de grosso calibre, um caminhão militar do Ministério do exército, é usado pelo Cartel.

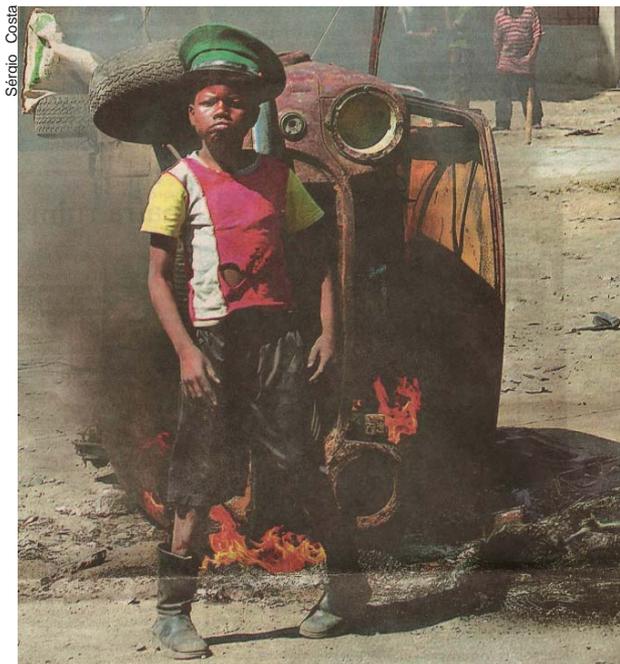
As máfias mexicanas movimentam de 20 a 25 bilhões de dólares por ano. Para o governo americano o fato serviu apenas para reforçar a tese de que é preciso aumentar o efetivo militar na fronteira entre EUA e México, para conter a entrada de jovens latino-americanos no país.

Os militares americanos e as máfias ou carteis na fronteira, de 2006 até agora, mataram 28.000 (número oficial).

Cresce de forma assustadora o número de pessoas que arriscam tudo para trabalhar clandestinamente nos EUA.

Um milhão e duzentos mil brasileiros vivem nos EUA, desses 80% são ilegais e vivem sob ameaça de serem presos, expulsos e atacados pelos vários grupos xenofóbicos, que crescem no país.

No episódio dos mineiros presos a 700 metros de profundidade, a Mina San José funciona de forma ilegal, assim como as inúmeras minas do Chile, da América Latina e do mundo.



Criança se manifesta em Moçambique contra a alta de preços dos alimentos

Essa mina foi fechada em 2007 após uma explosão com morte. Em 2010, um trabalhador teve as duas pernas amputadas e, agora, os donos anunciam que não pagarão os salários e direitos trabalhistas dos mineiros (incluindo os 33 presos) e o Ministro da Mineração do Chile, Laurence Golborne declarou que o governo não deverá ajudar no pagamento.

Para sobreviver, as famílias dos mineiros estão vendendo camisetas com a frase dos mineiros **“estamos vivos e bem, os 33.”**

FATOS ISOLADOS?!

▪ Atentando para o contexto em que ocorrem os episódios percebemos que não se trata de fatos isolados.

Por um lado, a crescente falta de emprego, que obriga milhões de pessoas a arriscarem-se, ingressando ilegalmente em vários países, à busca de trabalho.

A expansão do narcotráfico, da rede de prostituição e o tráfico de armas é absurdamente crescente e, absorve cada vez mais essa mão de obra. O narcotráfico leva ao envolvimento de crianças e jovens das periferias com as drogas de poder de destruição rápida, como o craque; o massacre cotidiano, principalmente dos jovens pobres, praticados pela polícia, pelo exército ou pelas guerras entre facções.

▪ Por outro lado, assistimos a precarização do trabalho, dos direitos e das condições de vida e de trabalho, como na Mina do Chile e em empresas privadas e públicas de todo o mundo.

Vemos essa degradação na USP, a mais importante universidade do país, onde cresce o processo de terceirização, com companheiros tratados como trabalhadores de 2ª classe, marginalizados e que se veem obrigados até a comer em banheiros, como já denunciou o Sintusp.

Essa degradação ocorre paralelamente à destruição provocada pelas guerras, muitas das quais provocadas propositadamente por agentes da CIA, como ocorre no continente africano onde os jovens começam a reagir.

A degradação humana ocorre em um mundo onde a destruição causada à natureza, provocada pelo homem, já é irreversível, de acordo com a comunidade científica.

É vital a necessidade de contrapor uma alternativa socialista radical à crise profunda e irreversível do capital e do sistema capitalista, que traz na sua lógica a destruição do ser humano.

Essa alternativa terá que ser construída sem perder de vista os inúmeros erros, deformações ou degenerações do passado.

Ricardo Antunes, diz no prefácio da obra de István Mészáros: “Expansionista, destrutivo e no limite, incontrolável, o capital assume cada vez mais uma crise endêmica... uma crise cumulativa, crônica e permanente... ao contrário de sua conformação anterior, cíclica que alterna desenvolvimento produtivo com momentos de tempestade.”

O próprio Mészáros no seu livro afirma: “sob as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena, trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontrolabilidade total.”

Mészáros afirma ainda que a ofensiva socialista não pode ser levada à sua conclusão positiva sem alguns pressupostos, do qual destaca a necessidade de “fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo”, “criando por este meio um novo modo de ação política, uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa.”

Conclusão: Está exclusivamente nas mãos da maioria, dos trabalhadores: empregados, desempregados, sub-empregados, a própria continuidade da existência humana e não apenas a superação do capital e da construção do socialismo.

Ricardo Antunes, Sociólogo e Professor Titular da Unicamp
István Mészáros é um filósofo húngaro. Professor emérito da Universidade de Sussex, na Inglaterra